



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Gênero.

A PARTICIPAÇÃO DO HOMEM NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE HOMENS DO CRAS VILA NOVA

Flavia de Melo Leonel Ferreira¹

Resumo: Este trabalho é um relato de experiência vivenciado enquanto assistente social e pesquisadora no Território Vila Nova, localizado no município de Registro/SP sobre a criação de grupo destinado a homens dentro da Proteção Básica da Política de Assistência Social. Tal relato possui o intuito de justificar a importância de se pensar as relações desiguais de gênero criando diversas estratégias e buscando a participação de toda a sociedade.

Palavras chave: Participação, homem, igualdade, relações de gênero.

Abstract: This work is an experience report as a social worker and researcher in the Territory Vila Nova, located in the municipality of Registro / SP on the creation of a group for men within the Basic Protection of Social Assistance Policy. This report has the purpose of justifying the importance of thinking about unequal gender relations by creating diverse strategies and seeking the participation of the whole society.

Este trabalho é um relato de experiência vivenciado enquanto assistente social e pesquisadora no Território Vila Nova, localizado no município de Registro/SP. A atuação profissional neste local gerou-me vontade e necessidade de entender a complexidade e riqueza presente entre o Rio Ribeira de Iguape, entre a BR 116 e os muros invisíveis que “separam” a Vila Nova de outros territórios da cidade.

Várias questões me instigavam naquele local e nas relações sociais ali presentes. O desemprego, muito mais do que índices e estatísticas anunciadas pelos jornais, ali era realidade. Bem como o desespero em conseguir a inserção no mercado de trabalho para garantir a sua sobrevivência e de sua família. Mas não eram somente as estatísticas relacionadas à situação profissional que acompanhavam os índices crescentes destacados nos noticiários, o crescimento da população em privação de liberdade também era percebido ali. Os vários relatos de apreensões de forma indevida, com “crimes” forjados e o abuso do poder e uso da força da Polícia comprovam a seletividade no processo de superencarceramento, e que esta seletividade encontra-se pautada nas desigualdades sociais e raciais pertencentes ao sistema capitalista. Mas esta discussão é assunto para outro artigo.

¹ Profissional de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, E-mail: flavia.melo.leonel@gmail.com.

O objetivo deste trabalho é apresentar a experiência da criação de grupo destinado a homens dentro da Proteção Básica da Política de Assistência Social. Este relato vincula-se ao experimentado no CRAS – Vila Nova e com o intuito de justificar a importância de se pensar as relações de gênero dentro do Serviço Social. Recorre-se às reflexões trazidas por Alves (2018, p. 283) em seu artigo “Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social” que, em suas considerações finais, reflete:

Nesse breve inventário produzido até aqui persistem algumas lacunas para o Serviço Social: gênero tem sido usualmente pensado como sinônimo de mulheres. Em geral, é a situação das mulheres que aparece com mais nitidez nas abordagens sobre gênero empregadas na área. Os homens aparecem menos e quando o fazem é por derivação. Os homens se fazem conhecer a partir da investigação sobre mulheres. As pesquisas acabam enfocando a questão da mulher ou das mulheres e menos as relações de gênero propriamente ditas. Não é por acaso que inúmeras vezes o interesse pelo conceito de patriarcado é o que desponta nos estudos do Serviço Social, fazendo com que se perca o foco na discussão de gênero. (ALVES, 2018, p. 283)

A masculinidade tóxica e os efeitos do machismo para a sociedade são retratados no documentário americano “The mask you live in” e no documentário brasileiro produzido pela ONU Mulheres “Precisamos falar com os homens? Uma jornada pela igualdade de gênero”:

No âmbito do movimento #ElesPorElas (HeForShe), o documentário “Precisamos falar com os homens? Uma jornada pela igualdade de gênero” procurará aproximar os homens desse tema tão importante. O objetivo é mostrar que a igualdade de gênero é uma questão que afeta a todos e todas e que, portanto, é benéfica a homens e mulheres. Nele investigamos como se formam, se sustentam e de que modo podemos desconstruir os estereótipos de gênero nocivos, que perpetuam o nosso cenário atual. O documentário é resultado de uma pesquisa qualitativa que rodou o Brasil e será complementado pela pesquisa quantitativa online ainda em curso.

A desigualdade de gênero é uma das violações mais persistentes de direitos humanos do nosso tempo. Ainda que estejamos caminhando para uma realidade mais igualitária entre homens e mulheres, ainda há muito a se construir. (ONU MULHERES, 2015)²

Estes documentários refletem que apesar das mulheres serem as maiores vítimas da masculinidade tóxica e do machismo, estes comportamentos e diferenças nas relações de gênero também podem atingir de forma nociva aos homens. Ambos destacam experiências que demonstram a importância de criar diálogos com os homens sobre essas questões como alternativas de intervenção em nossa sociedade machista e patriarcal e, buscando a igualdade de gênero e fim das diversas formas de violência a que as mulheres estão sujeitas de forma cotidiana e persistente.

Para além do relato destas experiências, tais documentários se utilizam de números e estatísticas e, através de análise quantitativa destacam a importância de inserir os homens no processo de luta pelo fim da desigualdade de gênero. O documentário “Precisamos falar com os homens?” traz a informação da queda significativa de reincidência da violência

² Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/destaques/precisamosfalarcomoshomens/>, acesso em: 18/06/2019.

doméstica contra as mulheres no caso de homens que tiveram determinada judicialmente a participação em grupos de homens em que os padrões que naturalizam a violência contra a mulher são questionados. Dentre outras experiências retratadas no documentário são as ações do “Instituto Promundo” e do “Instituto Papai”.

Em sua página na internet o Instituto Promundo se define como:

Promundo é uma organização não governamental que atua em diversos países do mundo buscando promover a igualdade de gênero e a prevenção da violência com foco no envolvimento de homens e mulheres na transformação de masculinidades. Acreditamos que trabalhar com homens e meninos para transformar normas e dinâmicas de poder desiguais é um fator estratégico para alcançar a equidade de gênero. Para que o empoderamento das mulheres continue avançando, homens e meninos precisam tornar-se aliados no processo, conscientizando-se de que também são beneficiados quando normas prejudiciais de gênero são questionadas. Nossas pesquisas, programas e ações para influenciar políticas públicas (advocacy) mostram que a promoção de noções positivas sobre o que significa ser homem ou mulher proporciona melhorias para suas vidas. (PROMUNDO, 2019³)

O Instituto Papai em seu *site* disponibiliza sua missão, sendo esta:

Nossa missão é promover cidadania com justiça social, contribuindo para a garantia dos direitos humanos, em prol da eliminação de desigualdades e da afirmação e valorização da diversidade a partir da perspectiva feminista de gênero, atuando prioritariamente com homens e sobre masculinidades, contra todas as expressões do machismo. (INSTITUTO PAPAÍ, 2019⁴)

Esses Institutos, juntamente com a ONU Mulheres, através de trabalho em parceria, produziram materiais que retratam a necessidade da Política de Assistência Social criar estratégias de intervenção nas relações desiguais de gênero, sendo estes: “Caderno de Ferramentas – Promoção da Equidade de Gênero” e a “Cartilha dividindo cuidados: Igualdade entre mulheres e homens no Programa Bolsa Família” os quais problematizam a necessidade de pensarmos as relações desiguais de gênero, demonstrando que a própria Política de Assistência Social pode produzir/reproduzir ou naturalizar tal desigualdade. E sobre o Programa de Transferência de Renda “Bolsa Família” analisam:

Ainda que os programas de transferência condicionada de renda como o Programa Bolsa Família façam com que os recursos cheguem diretamente às mulheres, aumentando seu poder de decisão na gestão da renda familiar, não necessariamente eles têm impacto na mudança dos papéis de gênero, na divisão de tarefas domésticas e dos cuidados das crianças e da família. Pelo contrário. Muitas vezes, as mulheres acabam sendo também as maiores responsáveis pelas tarefas relacionadas às condicionalidades, reproduzindo, mais uma vez, os papéis tradicionais do cuidado para com a família e as/os filhas/os. Portanto, tais programas de transferência de renda devem vir junto com a transformação de normas sociais que atribuem diferentes status, papéis e lugares para mulheres e homens. Afinal, a igualdade de gênero e a emancipação das mulheres não são alcançadas apenas com o dinheiro e deve ser também uma conquista de qualquer programa de redução de desigualdade social. (INSTITUTO PROMUNDO; INSTITUTO PAPAÍ, ONU MULHERES, p.27)

Ao continuarem sua reflexão afirmam:

³ Disponível em: <https://promundo.org.br/sobre-o-promundo/>, acesso em: 18/06/2019.

⁴ Disponível em: <http://institutopapai.blogspot.com/p/publicacoes.html>, acesso em 18/06/2019

As ações promovidas por programas de transferência de renda precisam, assim, incluir atividades coletivas ou exercícios de grupo que discutam essas questões com as beneficiárias e os beneficiários, de maneira a contribuir para a equidade de gênero. A promoção do diálogo sobre esses temas permite que mulheres e homens possam refletir sobre os estereótipos de gênero no contexto em que vivem, suas práticas e expectativas, e com isso repensar questões que estão diretamente ligadas às desigualdades de gênero, tais como direitos sexuais e direitos reprodutivos, paternidade e maternidade, violência doméstica, dentre outras. Refletir com os grupos as competências de mulheres e homens para a administração do dinheiro, comparando com períodos anteriores em que não havia esse tipo de política, por exemplo, pode ser um caminho para debater assuntos ainda tabus, como a divisão desigual de tarefas domésticas e a violência de gênero. E, para tanto, é importante que os homens também sejam convidados a repensar as normas de gênero, o cuidado para com as/os filhas/os e a divisão das tarefas domésticas, bem como de que forma tais normas lhes afetam. (INSTITUTO PROMUNDO; INSTITUTO PAPAI, ONU MULHERES, p.28)

Ao objetivo deste trabalho é de suma importância recorrer às “Orientações Técnicas sobre o PAIF” que dentre suas “diretrizes teórico-metodológicas do trabalho social com famílias no âmbito do PAIF” possui a de “Rejeitar concepções preconceituosas, que reforçam desigualdades no âmbito familiar” através das seguintes ações:

- Negar posturas prescritivas, adaptativas e modeladoras no trabalho social com as famílias;
- Recusar concepções, valores e posturas que estabelecem a condição de subalternidade das mulheres;
- Estimular a participação tanto da figura materna quanto da figura paterna no cuidado e proteção dos demais membros familiares;
- Fortalecer a cultura do diálogo, combatendo todas as formas de violência, preconceito, discriminação e estigmatização;
- Construir mediações junto às famílias de modo a combater as diversas formas de discriminação existentes no âmbito de suas relações, em especial aquelas baseadas na orientação sexual, incidência de deficiência e origem étnico-racial. (BRASIL, 2012, p. 106).

Após discussão sobre a necessidade de se buscar estratégias de intervenção nas relações desiguais de gênero a partir de um contexto macro realiza-se recorte territorial e expõem-se a intervenção realizada na Vila Nova. A equipe técnica do CRAS Vila Nova em momentos de reflexão coletiva se questionava em relação à sobrecarga a que as mulheres estavam sujeitas e que muitas vezes a própria Rede de Serviços reproduzia ou naturalizava esta sobrecarga no que tange os cuidados dos filhos. Outra reflexão realizada se referia ao fato de que constantemente identificavam situações de violência doméstica contra mulheres. Desta forma, era preciso trabalhar sobre as relações desiguais de gênero de forma coletiva.

A desigualdade nas relações de gênero, o machismo e as demais violências que se relacionam a ele passaram a ter local de destaque nas reuniões nos grupos de Acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que tinham como participantes aproximadamente 30 mulheres divididas em dois grupos com encontros semanais. Durante estes encontros, através de rodas de conversas, utilização de recursos audiovisuais, análise de músicas, leitura e discussão de textos e de reflexão sobre suas histórias de vida, os diferentes papéis sociais ocupados por homens e mulheres eram problematizados. Em um dos encontros ao conversarmos sobre o feminismo, uma das

participantes, de forma espontânea e surpresa, deu voz ao seguinte pensamento: “Então eu sou feminista?!”

Nos momentos de análise e avaliação do trabalho que vinha sendo desenvolvido a cada vez mais se fortalecia o pensamento que, apesar de extremamente importante, trabalhar estas questões somente com as mulheres não seria o suficiente para se pensar de forma crítica nossa sociabilidade permeada pelo machismo, o qual afeta de forma nociva a sociedade como um todo. Tornava-se cada vez mais evidente a necessidade de se aproximar dos homens deste território, visto que os grupos de Acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) realizados no “CRAS Vila Nova”, apesar de dispor de grupos destinados a um público variado como, por exemplo, crianças, adolescentes, idosos e mulheres, não contemplava o acompanhamento de jovens do sexo masculino, justamente o público que apresenta maior índice de encarceramento. A tímida aproximação deste público com o Serviço de Proteção Social Básica da Assistência Social acontecia, principalmente, através de atendimentos individuais e pontuais solicitando a inclusão no Programa Emergencial Auxílio Desemprego⁵, ou a elaboração de currículos e informações sobre cursos de capacitação visando à inserção no mercado formal de trabalho.

A percepção de que os índices de encarceramento do território acompanhavam a realidade nacional, e que também atingiam os maiores percentuais entre homens jovens⁶, bem como a de que as relações de gênero são permeadas pelo machismo e suas variadas formas de violência, deixavam claro que era preciso realizar este acompanhamento de forma coletiva, proporcionando um espaço de convivência, trocas e reflexões. Em que o aprisionamento efetivo destes jovens em Cadeias, Centro de Detenções Provisórias e Presídios sem a mínima garantia de dignidade humana, bem como o aprisionamento simbólico destes homens ao padrão machista produzido/reproduzido e naturalizado por nossa sociedade precisavam ser problematizados.

Diante desse contexto a equipe técnica desse CRAS identificou ser urgente a necessidade de criar um grupo destinado à participação de homens e, através do auxílio de alguns jovens com os quais a equipe técnica possuía vínculo profissional. Em Setembro de 2016, iniciou-se o Acompanhamento Familiar em Grupo do PAIF destinado a homens com a realização de reuniões semanais. A formação deste grupo se deu através de convite da equipe técnica e de outros participantes.

⁵ Este Programa Municipal, também conhecido como Frente de Trabalho, é destinado a famílias que não tenham seus membros inseridos no mercado formal de trabalho e prevê que seu participante seja alocado em algum serviço ou equipamento da prefeitura onde “trabalha” por um período de seis (6) meses, com possibilidade de renovação de contrato por mais 3 meses e recebe o valor de um (1) salário mínimo.

Sobre a formação deste grupo cabe o relato de uma experiência, que considero como a “primeira” reunião do grupo de homens. Nesta ocasião o território da Vila Nova teria a inclusão de três jovens moradores no “Programa Emergencial Auxílio Desemprego”, solicitamos então que os jovens comparecessem ao CRAS para que repassássemos algumas informações e instruções e identificássemos a existência de dúvidas bem como estavam as expectativas em relação à participação no Programa. Após a realização deste momento, um dos jovens contou que havia presenciado seu filho de aproximadamente quatro anos fingindo estar fumando maconha, fato que o fez dar um tapa na criança. Antes mesmo que pudesse realizar qualquer reflexão com este jovem, ele acrescentou: “Mas aí eu pensei: ‘Eu fumo maconha perto dele, ele só está me imitando’”. Mais uma vez se evidenciava a necessidade de promover espaços para que pudessem refletir sobre seus cotidianos de forma crítica e coletiva.

Considerando o estigma que o termo, bem como as discussões que permeiam o feminismo, ou polêmica criada ao se questionar o machismo, optamos por iniciar problematizando outras questões pertinentes às suas vivências e a realidade do território, inclusive pontos que posteriormente serviriam como base para o questionamento das relações desiguais de gênero. Foram pensadas questões como a violência policial, o estigma carregado pelo território e seus moradores, a importância de se ocupar os espaços da cidade em que não costumavam transitar devido ao preconceito e estigma. Foram realizadas oficinas de culinária e a realização de atividades que envolviam trabalhos manuais e crochê.

Após o período de consolidação do grupo foi possível iniciar de forma mais aprofundada as questões que envolvem as relações desiguais de gênero. A utilização de músicas de funk e rap permitiu repensar de forma crítica o papel social ocupado pela mulher em nossa sociedade e em como a violência contra a mulher é naturalizada e/ou estimulada em nossa sociedade. Atividades que já haviam sido realizadas com os grupos de mulheres e com os grupos de adolescentes eram realizadas com os grupos de homens sem que houvesse resistência por parte dos participantes, revelando então que nosso receio e insegurança para criação deste grupo não tinha razão de ser.

Martins (2015) afirma que são os sujeitos mais simples que nos fazem as perguntas mais complexas. Também achamos que muitas vezes eles nos trazem as respostas mais simples. Basta pararmos para escutá-los e refletirmos com os mesmos.

Como exemplo, pode-se levantar o vivenciado em grupo realizado no território da Vila Nova quando um jovem vira para outro que estava inseguro e tímido e diz: “Pode falar, aqui o seu pensamento é sublime!” Ao pensamento de Martins (2015) vincula-se a experiências vivenciadas no território como quando em uma reunião discutia-se relações de

gênero e um jovem utiliza a seguinte ilustração para explicar aos outros, de forma que todos os outros jovens compreendessem que o “machismo é quando a mulher quer comer *pizza* e o homem decide que a mesma vai comer *coxinha*”, ou seja, quando o homem, por se achar superior, acha que pode controlá-la, inclusive seus desejos. Ou quando, como já citado anteriormente uma jovem, após troca de experiências e reflexões com outras mulheres sorri e afirma: “Então eu sou feminista!?”.

REFERÊNCIAS

ALVES. Andrea Moraes Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social. In: Serviço Social & Sociedade, nº132, São Paulo: Cortez, maio/ agosto de 2018.

BRASIL. Orientações Técnicas sobre o PAIF, volume 2, 2012.

INSTITUTO PROMUNDO; INSTITUTO PAPAI, ONU MULHERES. “Caderno de Ferramentas – Promoção da Equidade de Gênero”.

MARTINS. José de Souza. A Sociabilidade do Homem Simples: Cotidiano e História na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2015.